

QUARTA-FEIRA — 7 DE OUTUBRO DE 1987

Polí

CPI dos índios se reúne para analisar documentos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Está prevista para hoje a apresentação do parecer do senador Ronan Tito (PMDB-MG), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso que investiga as denúncias feitas por O Estado de S. Paulo, sobre movimentos articulados do Exterior para limitar a soberania nacional em áreas indígenas da região amazônica.

O parecer de Ronan Tito, que segundo entendimento fixado pela CPI seria dado somente sobre a documentação em que O Estado se baseou, poderá ser adiado. Isso porque o jornal encaminhou ontem à secretaria da CPI documento assinado pelo presidente do Conselho Indigenis-

ta Missionário (Cimi), Antônio Brand, que não havia sido incluído entre os papéis que foram submetidos à perícia, a pedido do próprio jornal, pelo perito Antônio Carlos Villanova.

Há dias, ao tomar conhecimento da existência desse outro documento, o presidente da CPI, deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), admitiu que ele dava um novo aspecto à questão, afirmando que a CPI pretende aprofundar a investigação das denúncias para além do exame da documentação apresentada por O Estado. O vice-presidente da CPI, deputado Ricardo Flúza (PFL-PE), tem o mesmo entendimento sobre a matéria. Por outro lado, sabe-se que a manobra dos xitas é pedir o fim da CPI e tentar aprovar suas propostas sobre o assunto na Constituinte.

“Denúncia salva a região amazônica”

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“As reportagens de O Estado de S. Paulo, denunciando a ação de entidades estrangeiras em áreas indígenas ricas em minérios, vieram prestar um grande serviço ao País, evitando a entrega da Amazônia aos países europeus”. A afirmação foi feita ontem pelo vice-presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, José Mário Junqueira de Azevedo, para quem o bom senso na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado deve prevalecer, visando a dar continuidade às investigações em benefício da soberania nacional.

Segundo Junqueira de Azevedo, a Amazônia vem sendo cobiçada internacionalmente há muitos anos, principalmente pelos países europeus. “Em 1925, os banqueiros europeus pretendiam adquirir 3,5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia em troca da dívida externa, proposta essa rejeitada pelo então presidente Arthur Bernardes. Em 1949, tentou-se criar a hileia amazônica, alienando o mesmo espaço para organismo internacional, no qual o Brasil teria apenas 1/60, mas também houve rejeição por parte do Congresso”, disse ele.

O representante da associação de nelores ressaltou que, de uns 20 anos para cá “as mineradoras européias encarregaram as missões religiosas ligadas à Igreja Católica de criar parques indígenas em regiões de solos ricos em minérios, mesmo não habitados por índios, a fim de que nestas áreas, cujo acesso é proibido à população brasileira, possam ser explorados e contrabandeados esses minérios”. Prova disso segundo Junqueira, é que o Cimi não toma conhecimentos de outras regiões onde ainda existem índios mas cujo solo é pobre, como Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Para Funai, Cimi pode prejudicar os indígenas

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, culpou o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) por eventuais retrocessos nas leis de proteção aos índios que poderão ser causados pela futura Constituição. Segundo ele, a atual legislação brasileira sobre índios é uma das melhores do mundo. A título de exemplo, lembrou que os 27 milhões de hectares de terras demarcadas atualmente, nas quais vivem 250 mil índios, equivalem à área total de seis países da Europa onde vivem 49 milhões de pessoas.

Em entrevista publicada ontem no jornal O Globo, Jucá Filho se diz inconformado com a pressão do senador Ronan Tito (PMDB-MG) em pedir o fim da CPI instaurada para apurar denúncias de que o Cimi defende na Constituinte a tese da soberania restrita nas áreas indígenas. O presidente da Funai alegou que o órgão não foi ouvido ainda, mas comunicou a diversos constituintes ter de-

núncias a fazer sobre o caso, bem como documentos esclarecedores a respeito dos fatos.

Segundo Jucá Filho, a pressão do Cimi na Subcomissão das Minorias foi tão poderosa que chegou a alijar a Funai no período da coleta de assinaturas para encaminhar sugestões à Constituinte. “Depois de alijados pelo patrulhamento ideológico do Cimi junto aos constituintes, tentamos garantir o mínimo necessário aos índios na futura Carta. A reivindicação do Cimi é utópica e pode prejudicar a causa indígena”, disse ele.

Na opinião de Jucá Filho, as tentativas de manipulação de comunidades indígenas partem, na maioria das vezes, de entidades católicas, pois as missões protestantes são mais disciplinadas. Segundo ele, diariamente a Funai recebe denúncias de irregularidades praticadas em áreas indígenas, muitas das quais de autoria de missões religiosas.